

A Teoria Econômica Marxista e o acaso

Vladimir D. Micheletti
UFAL / CCSA / ECO
vlamiche@ofm.com.br
Fevereiro de 2004

Introdução

É prazeroso participar deste evento – IV *Jornada de Economia* – promovido pelo Departamento de Economia desta Universidade com o apoio da *Empresa Júnior de Economia Prospecto Jr.*

O texto que segue tenta dar conta da *Teoria Econômica Marxista e o acaso*; o autor procurou resumi-lo ao máximo para poder fazer cópias e distribuí-lo aos participantes deste evento. E considerando o objetivo deste evento – *atualização constante e debate aberto* – e a longa “luta” para incluir a disciplina Teoria Econômica Marxista (TEM) no Curso de Especialização em Economia (com área de concentração em Teoria Econômica), o autor, na *Conclusão*, põs algumas questões para os oponentes e ojerizadores desta Teoria responderem e, desse modo, manter aberto o diálogo, o debate científico tão aviltado nas universidades que relutam para manter o *travamento interno* (Álvaro Vieira Pinto).

A preleção está dividida em quatro partes. A primeira – *Valor e preço* – procura desvelar o valor de quantidades compradas e vendidas através de preço que se mantém indiferente, isto é, como o preço pode ou não representar o valor das coisas. A segunda, *Capital e trabalho*, estabelece a definição de capital utilizando de um gráfico bidimensional e, ao mesmo tempo, mostra que as demais instituições seguem a lógica imposta por este ente tão incompreendido inclusive por pessoas que se dizem “marxistas”. A terceira parte trata do *Acaso* (que não se prende a um encadeamento lógico) e salienta a existência de forças contrárias ao capital e localizadas na *família referencial* que tende à condição de *resíduo*, mas se potencializa quanto mais avança o desenvolvimento capitalista. Na quarta parte, *Conclusão e questões que restam*, um exemplo extraído do artigo de José Arthur Giannotti (relacionado à Reforma da Universidade) é usado para salientar a verdadeira *análise de conjuntura* propiciada pela TEM.

Para finalizar, o autor agradece o convite do prof. Luiz Antonio P.Cabral, chefe do Departamento de Economia e os participantes em geral deste evento e avisa que parte das digressões matemáticas referentes a algumas afirmações foram retiradas do texto para deixá-lo menos denso, porém estão disponíveis a quem quiser analisá-las, basta um comunicado através do e.mail do autor. O presente texto está disponibilizado para cópias no setor de cópias do Bloco João de Deus (e na página www.eco.ufal.br).

1. Valor e preço

Façamos um exemplo numérico, utilizando a matemática elementar, para entrevermos o “conteúdo” dos fatos sociais que, no caso das mercadorias, são apresentados com “formas” que podem ser diferentes desses “conteúdos”

Desde que o preço de um Big Mac é \$4,00 e o preço de uma maçã é \$1,00, podemos fazer a seguinte relação.
O mercado, então, nos

$4 \text{ Maças} = 1 \text{ Big Mac}$	$(4 \cdot 1,00 = 4,00; 4P_1 = 1P_2)$
$4 \neq 1$	$\text{Maçã} \neq \text{Big Mac}$

possibilita uma relação, aparentemente, tão absurda que, há muito tempo atrás Aristóteles (o primeiro a analisar a forma do valor) observou que, apesar da absurdidade, algo qualitativo (interior, alma) possibilita que quantidades, formas, tamanhos, cores, etc., diferentes sejam igualladas.

Para que possamos entrever o *valor* – este algo que se objetiva nesta relação de troca –, basta que imaginemos a continuidade desta relação por mais dois momentos, sendo o primeiro este em que supomos o produtor de maçãs fazendo a troca “direta” com o produtor de sanduíches.

O segundo momento é aquele em que ambos os mercadores começam a

desconfiar da quantidade trocada. O produtor de maçãs insinua o questionamento da troca e começa a imaginar se, caso recorra ao concorrente imediato deste produtor de sanduíches (o Bob’s), não faria um negócio melhor, mais vantajoso. A preocupação do produtor de sanduíches é garantir o negócio, isto é, garantir a realização de seus sanduíches como mercadorias e, obviamente, a troca. Para tanto, não lhe resta nenhuma outra alternativa senão introduzir inovações tecnológicas na produção e distribuição desta sua mercadoria.¹ Mesmo porque, ao acumular capital desse modo, aumenta-se a *produtividade*. Esta última é compreendida quando relacionamos produção e tempo ($P \uparrow$ e T mantém-se constante; P mantém-se constante e $T \downarrow$ ou $P \uparrow$ e $T \downarrow$), de modo que a produtividade corre na razão inversa do valor da mercadoria, isto é, qualquer aumento de produtividade implica sempre na redução do valor. Suponhamos que o produtor de sanduíches aumenta a produtividade em 100%, portanto, o valor do big mac se reduz à metade. Desse modo, antes mesmo que o produtor de maçãs reclame ou mesmo cisme porque deve entregar 4 maçãs em troca de 1 big mac, o produtor deste último, após a introdução de inovações tecnológicas, pode ofertar 2 big macs em troca das mesmas 4 maçãs e assim assegurar a demanda para sua produção de modo exequível. Em termos da aparência, a oferta aumentou (passa de 1 para 2) e o preço baixou (passa de 4 para 2) no caso do Big mac, isto é, em termos da “lei” da oferta e da procura, a demanda aumentou porque o preço baixou.

Agora suponhamos um terceiro momento onde o produtor de maçãs também introduz inovações tecnológicas na mesma proporção que o produtor de sanduíches, isto é, reduz o respectivo valor de sua mercadoria em 50%.

Neste terceiro momento os preços são idênticos aos do primeiro, ou seja, não houve mudança em termos da aparência ou de preços sendo que os instrumentais matemáticos e estatísticos (índice de preços de Paasche, Laspeyeres, Fisher, etc.) comprovariam o óbvio – não houve inflação. Porém houve grandes mudanças essenciais, em termos de magnitude de valor. Inovações tecnológicas, em geral, são poupadoras de mão-de-obra, portanto, pessoas foram desempregadas e a produção aumentou (as pessoas que ficam passam a produzir mais).

Para entrever o *valor* temos que deixar esta realidade fundada no *preço social* (*shadow price, circulação simples*), isto é, preço que reflete o custo social. Para tanto, basta que imaginemos o produtor de sanduíches mantendo a troca de 1 big mac por 4 maçãs após a introdução de inovações tecnológicas (modernizado, absorveria \$ 2,00 do mercado;), caso o produtor de maçãs decida reclamar e ameace negociar com o concorrente, o produtor de sanduíches pode oferecer 1 big mac e meio e, desse modo, absorveria \$0,50 de riqueza do mercado (transferido do produtor de maçãs)- *circulação ampliada*. Esse ‘desvencilhar’ dos preços em relação aos seus respectivos valores (o ‘preço social’, *shadow price*, e ‘valor-de-mercado’ se formam em “circunstâncias especiais”) põe a transferência / absorção de riqueza que a *Teoria Econômica Convencional* (TEC) tenta, a qualquer preço, acobertar e, para isso, se apega ao preço e dissimula a existência do valor; mais que isso, quando da introdução ou explicação do dinheiro, tem que cometer inconsistências teóricas (dinheiro = valor) e abusos matemáticos.² Nos anos 1940s, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), mais

1º Momento:

$$4P_1 = 1P_2 \rightarrow P_1 = \frac{1}{4}P_2 \quad \text{Se } P_1 = 1, \text{ então, } P_2 = 4$$

2º Momento:

$$4P_1 = 2P_2 \rightarrow P_1 = \frac{2}{4}P_2 \quad \text{Se } P_1 = 1, \text{ então, } P_2 = 2$$

3º Momento:

$$8P_1 = 2P_2 \rightarrow P_1 = \frac{2}{8}P_2 \quad \text{Se } P_1 = 1, \text{ então, } P_2 = 4$$

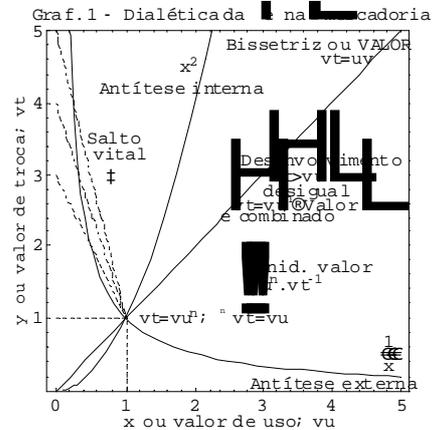
¹ Orações, promessas e outras “trocas subjetivas” com o mais “poderoso” dos santos não garantem que o produtor de maçãs, caso encontre melhores opções de negócios com o concorrente Bob’s, não faça negócios com este e deixe ao léu o McDonald’s.

² Os teóricos da TEC têm uma necessidade enorme de complicar as coisas e assim “se passam” como eminentes conhecedores da complexidade. Por exemplo, “a expressão dos preços em termos de um bem tal como a pèra não é prática comum. Os preços são geralmente expressos em termos de uma unidade monetária tal como o dólar... Não há razão para que o preço do numerário seja igual a unidade [1]. Poderia ser estabelecido como 2, $\sqrt{2}$, 25 ou 200

especificamente Raul Prebisch, forjou as expressões “*deterioração dos termos da troca*”, “*Troca desigual*”, troca de não-equivalentes para esse processo de transferência / absorção de riqueza; uma crítica direta à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo e adotada pela Teoria Econômica Convencional e uma alusão aquilo que devenida como Teoria da Dependência (Ruy Mauro Marini).

Do exposto, é possível deduzir o seguinte – se as “coisas” ou mercadorias fossem trocadas com base exclusivamente no valor ou se as trocas fossem de equivalentes, não haveria desigualdade e todas as mazelas que dela se originam (desigualdade, violência, inveja, etc.). Por outro lado, se estas mazelas se espriam, se tornando cada vez mais presentes, e se intensificam, é porque as “coisas” são trocadas não com base na equivalência, mas através de preços que encobrem ou velam as transferências / absorções de riqueza ou valor.³

A questão que necessariamente se interpõe é a seguinte: é possível negociar algumas mercadorias através de preços atados aos seus respectivos valores ou, em outras palavras, através de *valores de mercado*? A resposta está no “*órgão revolucionário*” ou “*agência reguladora*”.⁴



milhões... Se Q_k é o numerário e P_1 é igual a β dólares, o preço em dólar de Q_k (ρ_k) é $\rho_k = \beta \cdot \frac{P_k}{P_1}$ $k = 2, \dots, m$.

(HENDERSON & QUANDT, 1980, 247-8). Se passarmos a fração multiplicada por β para o lado esquerdo do sinal de igual, agora dividindo ρ_k , verificaremos que ρ_k multiplicando P_1 pode, agora, ser dividido por P_k e, desse modo, resultado em $P_1 = \beta$. A dupla não explica o que ρ_k significa e, portanto, podemos considerar como P_k .

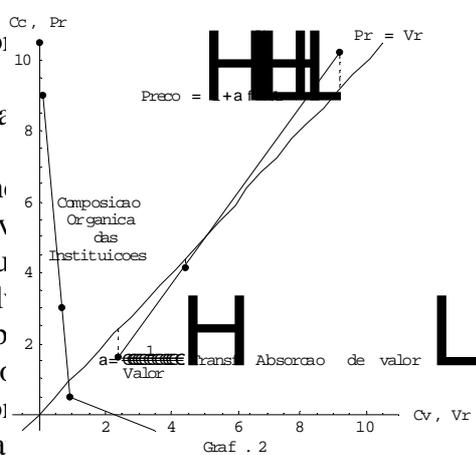
³ Somente para certificarmos da visão daquilo que é o valor – sendo algo essencial e que só se manifesta através do preço – é bom que notemos esta pesquisa feita por Sarah Brosnan (bióloga) e Frans de Waal (primatologista): “não é de hoje que a inteligência e a complexidade social dos macacos-pregos (chamados de *Cebus apella* pelos cientistas) anda assombrando muita gente. Eles são capazes, por exemplo, de usar ferramentas para abrir cocos em busca da valiosa polpa, e têm um cérebro tão grande em relação ao corpo quanto os macacos (chimpanzés, bonobos e gorilas) que são os parentes mais próximos da humanidade. Mas foi mesmo a vida social dos bichos que atraiu a atenção de Brosnan. “*Eles cooperam muito entre si e toleram bem a presença de outros membros da espécie*”, explica a bióloga. Por isso, era de se esperar que os bichos evoluíssem a capacidade de detectar se alguém está levando vantagem a melhor às custas dos outros. Assim, eles impediriam que uns poucos folgados se beneficiassem da cooperação sem fazer esforço. Foi exatamente isso o que a dupla descobriu ao testar a idéia num grupo de cinco fêmeas. “*Imaginamos que a situação tenha funcionado com elas porque as fêmeas tendem a prestar mais atenção às interações sociais*”, sugere Brosnan. Sempre em duplas, uma delas tinha de passar a pedrinha ao instrutor e recebia em troca uma rodela de pepino ou uma uva. Em geral, o pepino é considerado uma recompensa totalmente aceitável, mas bastou as fêmeas notarem que a companheira ao lado ganhava a fruta, muito mais cobiçada, para passarem a se comportar de forma muito diferente. Em alguns casos, elas simplesmente não entregavam a pedrinha ou se recusavam a pegar o pepino. Em outros, lançavam o “salário injusto” para fora da sala” (título do artigo: *Macoco-prego recusa ‘pagamento’ injusto*. In: *Folha de São Paulo*, Folha Ciência, página A-16, de 18/09/2003). Marx, nos *Grundrisse*, afirmara que “*um ou outro mascateiro astuto com dinheiro é suposto para superar as contradições das quais o dinheiro é meramente a aparência perceptível. Igualmente claro que algumas operações revolucionárias podem ser performadas com dinheiro, ainda que um ataque nele parece deixar tudo como está, e somente ratificá-lo*” (Marx, 1993, 240)

⁴ A empresa cartorial (o cartório é uma repartição onde funcionam os tabelionatos, os ofícios de notas, os registros públicos, as escriturarias da justiça, e se mantém os respectivos arquivos; lugar onde se guardam as minutas dos julgamentos, onde se fazem as declarações relativas aos processos - Dic. Houaiss), sinônimo de empreendimento retrógrado, onde prevalece o pistolão (que “cunha” a entrada da parentela e “amigos”, ou seja, parasitas que “incham” os custos e “desvanecem” os lucros – não há contabilidade que apresente lucro nestes cartórios), de completa ineficiência, é perfeitamente possível de ser remodelada e, assim, vir a ser uma empresa eficiente, prestadora de ótimos (otimizados) serviços ao público em geral, e baratos. Para tanto, basta que o conjunto de cartórios $\{C_i\}$ seja incluído num problema de *programação linear*, onde os cartórios formariam as *restrições* $(C_f + C_v + L_p_i \leq b_i$; custos, fixo e variável, mais o *lucro presumido* em 10% do investimento, sendo isto tudo igual ou inferior o faturamento previsto, b). Por outro lado, a soma das partes destes cartórios formaria a *função objetivo* $(Z_{max} = C_f + C_v + L_p_r$; onde $C_c = C_{c1} + C_{c2} + \dots$) a ser maximizada. Por outro lado, cada serviço cartorial (atestado; autenticação; registro de

A TEM, para explicar a mercadoria, utiliza das duas dimensões contrárias e contidas nesta – o valor-de-uso ou utilidade e o valor-de-troca – e, estabelecida a superação dessa contradição, Marx erige a categoria *valor*. Em termos matemáticos é suficiente o uso da *função das proporcionalidades inversas* ou *opostas* para representar essa contradição e, em seguida, obter o limite desta função que, ao contrário do que afirmam os especialistas da área, existe e é a *unidade*, a bissetriz (Lênin e vários outros teóricos clássicos falam em “salto” do pólo dominante para a unidade ou síntese; Spinoza e vários outros clássicos e teóricos recentes comentam a respeito das potencialidades do *resíduo* do pólo dominado). E não somente a explicação das categorias marxistas pode ser obtida através desta função matemática, como também as categorias hegelianas, Paretianas, Católica, Spinozianas, enfim, todas as categorias que se fundam no movimento da tríade dialética (tese, antítese e síntese).⁵

2. Capital e trabalho

O capital é a síntese da relação entre a matéria-prima, etc, C_c , e a parte referente à força de trabalho, etc, V_r , que compõem o capital, cuja fórmula é: $D-M$ (MP compra / venda de mercadorias (M)). Ou seja, o capital valoriza (D').⁶ Num gráfico, a reta do preço corta o eixo do valor e nos permite visualizar a transferência de valor – e, ao mesmo tempo, gerando uma sucessão de valores subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos, o Estado do bem-estar social até que dá conta da produção de valor. Nos países subdesenvolvidos, além da super-exploração (bem abaixo do valor), o Estado “periférico” mal consegue garantir a reprodução da população economicamente a



imóvel, de contrato; etc.) teria um preço exatamente igual a soma dos custos e parte de L_p nele imbutido (seria possível computar cada letra ou caractere contido no serviço cartorial). Desse modo, permitindo que os preços dos serviços variem de acordo com os custos (e parte de L_p) que carregam, estes cartórios, necessariamente, funcionariam permanentemente naquilo que os teóricos da TEC denominam de “ótimo de Pareto” (nós denominamos de valor de Marx), pois o resultado da *função objetivo* comprovaria isto – o *primal* é exatamente igual ao *dual*; a maximização do ganho agora restrito a percentagem presumida é igual a minimização dos custos. Este cálculo num *software* e exposto na Internet para a completa transparência geraria a “agência reguladora” que, dependendo do *ponto de vista* e, principalmente, da situação ou localização do corpo observador no “espaço social” (este fato determina uma observação mais acurada ou mesmo científica), pode resolver muitos dos problemas, principalmente, extra-cartoriais, por exemplo: o do “controle social”; o da competitividade e autonomia inter-cartórios (qual empresário permitiria o parasitismo num esquema como este?); precisão do PIB do setor de cartórios; o da “cópia malfeita” das agências reguladoras, inclusive, impostas pelo Banco Mundial; o do famigerado “contrato de gestão”; a da Parceria Público-Privada (PPP); o do “índice de valor”; melhoria substancial na qualidade dos serviços; barateamento significativo desta mercadoria “serviço-cartorial”; etc. Isto porque estabelece o *desenvolvimento desigual*, mas *combinado*

⁵ “Sabe-se que o pensamento hegeliano nasceu de certa leitura dos mistérios cristãos. Assim, o mistério da Trindade exprime para Hegel, em termos teológicos, o problema filosófico da existência. O Pai [tese] é a substância infinita, unidade da essência e da existência; o Filho [antítese] é a manifestação do ser na historicidade, é a existência encarnada, separada, em certo sentido, de sua essência, e assumindo essa ruptura; o Espírito Santo, enfim, é a unidade [síntese] do deus transcendente e do deus imanente reconciliados no Deus único da revelação judaico-cristã” (Fougeyrollas, 1972, p. 31).

⁶ “O capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela” (Marx, 1983, tomo I, p. 138). Em nota de rodapé desta mesma página Marx comenta sobre o “regulador misterioso” ou escondido que nós temos apresentado como “agência reguladora”.

Marx, então define o capital como composto de duas partes – capital constante, C , e capital variável, V , mais especificamente como $Capital = V/C$. A digressão mostra que $Capital = C.V^{-1}$ ou $C^{(1)}.V^{-1}$; sendo muito semelhante à *função de produção Cobb-Douglas*: $Q(C, L) = AC^\alpha L^{1-\alpha}$, onde C é o capital e L é o trabalho. As funções de produção (como também as *funções de utilidade* da TEC) da com esta propriedade – A é uma constante positiva e $0 < \alpha < 1$ – produzem *retorno constante de escala*, isto é, sempre se conformam na bissetriz. Considerando que ambas as teorias (TEC e TEM) assumem estas variáveis em termos de dinheiro (valor), então $C = D^{(1)}D^{-1} \rightarrow C = Dinheiro$; $Q = C^{0,7}L^{0,3} \rightarrow D^{0,7}D^{0,3} \rightarrow D^1$ ou $Q = D$ (bissetriz).

As instituições em geral seguem a lógica capitalista, mesmo porque são impostas pelo capital. A Igreja, por exemplo, seria um ponto com baixíssima *composição orgânica*, isto é, por maior que seja a riqueza material desta, a mesma não é utilizada de modo tal que possibilite a acumulação tipicamente capitalista. Portanto, a igreja agrega (via conversão) pessoas para, a partir destas, obter ganhos suficiente ou excedente para se manter e até “juntar” algo mais.⁷

É importante observar que no caso destas instituições (e aqui poderíamos incluir a universidade) não é, explicitamente, a venda de mercadorias que as mantém, mas de *argumentos*, e os argumentos geralmente estão “envolvidos” e requerem “desenvolvimentos” que, em termos epistemológicos, é fundamental tanto o uso de métodos e lógicas como a adequação destes. Em outras palavras, sem o intuito de vulgarizar, neste aspecto não existe a “liquidação”, o “pagar e levar”; ou seja, exige do “consumidor” mais que decisão acertada, exige raciocínio lógico. Então, quando a igreja *argumenta* com o “não matarás”, a pessoa “compra” essa idéia e a utiliza no mínimo vivendo a cristandade, se convertendo e não matando outras pessoas.⁸ E assim acontece com todas as instituições com forma ou fachada não especificamente capitalista, ou seja, seguem a lógica do capital, ainda que esta compra / venda de *argumentos* não seja mediada pelo dinheiro e situada na subjetividade (mundo imaterial); o partido político é um exemplo.

Entretanto, na instituição *família* que também tende a seguir esta lógica - mesmo porque é criada e movida por indivíduos “formados” principalmente pela assimilação das características postas pela sociedade capitalista - existe um “probleminha” que é impossível de se resolver através desta lógica. Mais, a resolução deste implica numa prática teórica – digamos, atitude – anti-capitalista.

Que “probleminha” é este? É o que analisaremos na seção seguinte.

É importante observar, porém, que ao tratarmos os serviços (mercadorias) ofertados por estas instituições como *argumento*, faz-se necessário observar estes últimos como analisados por Stephen Toulmin em seu *Os usos do argumento*, isto é, “não [fazendo] a distinção-chave... entre indução e dedução; tampouco a distinção entre prova e indício; entre argumentos demonstrativos e não-demonstrativos; entre inferência necessária e provável, ou entre raciocínio conclusivo e inconclusivo [pois as pessoas que “compram” tais argumentos fazem]. Nossa distinção-chave foi entre argumentos *analíticos* e *substanciais*; esta distinção tem de ser feita e é preciso insistir nela antes de poder desembaraçar as habituais ambigüidades que estão na base da maioria dos debates epistemológicos” (Toulmin, 2001, p. 334) [Grifos nossos].

⁷ Esta riqueza “acumulada” pode ser (e é) encaminhada ao mercado financeiro para gerar novos ganhos, especulativos, pois caso contrário este “ativo” se desfaz como riqueza.

⁸ A igreja também *argumenta* sobre a relação sexual como somente após o casamento e com fins unicamente reprodutivos. Este argumento pode até ser substancial, mas se “comprado” pelo convertido, geralmente não é “consumido”, isto é, geralmente é descartado como não-substancial. Em outras palavras, o *argumento* estava “envolvido” e quando “des-envolvido” verificou-se substância alguma.

Toulmin vê um “abismo lógico” entre as lógicas (formal e dialética) e propõe “*única saída verdadeira dessas dificuldades epistemológicas é (eu digo) abandonar o ideal analítico*”. No entanto, é preciso salientar que este “abismo lógico” não existe e que a crença de que os vícios privados tendem a se transformar em virtudes coletivas através dos mecanismos da concorrência (mercado – compensando as vantagens marginais) é uma falácia e carece da “agência reguladora”(ver notas nº 4 e 6) para estabelecer a equivalência entre, por exemplo, o argumento analítico e o argumento substancial; em outras palavras, entre o argumento “vendido” por estas instituições (que pode ser uma universidade pública ou privada) e aquilo realmente “consumido” pela pessoa. Esta equivalência (ou valor) no mundo das mercadorias (mundo material) é perfeitamente possível de ser obtida, ainda que nalgumas mercadorias de início; já no mundo imaterial ou da subjetividade é preciso analisar se é possível e como obter essa equivalência.

Do mesmo modo que o pão sustenta a vida, e “*assim como a mais elementar [das atividades], o sustento tem dois outros significados. Primeiro, do mesmo modo que a cultura faz seu trabalho, a materialidade torna-se simbólica, ritualística e lingüística. O cereal se torna farinha, a farinha pão, o pão “sustento da vida”. Segundo, a mente e o coração têm apetites... A cultura e minha família, não a natureza [nem a religião], põem a colher em minha mão... Sustentando a família é um alerta sobre nossos temores e sobre o fato de que, diferentemente de um furacão, estes [medos e temores] estão, em última instância, sob nosso controle. Nós podemos alimentar o medo ou deixá-lo morrer por inanição. Se decidirmos pela inanição do medo, nós, então, nutriremos tanto uma família renovada como uma organização social com nutrientes de nossas energias*” (DeVault, 1994, p. viii e ix) [grifos nossos].

3. O acaso

Plekhanov, no livro *Problemas fundamentais do Marxismo*, mostra que a TEM é, freqüentemente, acusada como contendo um *determinismo* econômico. No entanto, uma leitura atenta das obras de Marx mostra que essa pseudo-crítica não leva em consideração a ação do *acaso*. O próprio Plekhanov mostra esse detalhe - completamente despercebido inclusive por muitas das pessoas que se dizem marxistas - através do “acaso ao quadrado [*acaso*²]” (Plekhanov, 1969, p. 164), isto é, como algo residual se potencializa, se constitui num “poder constituinte” (Negri, 2002).⁹

É nas famílias – “cadeia produtiva” de indivíduos (ainda que para o capital) que encontraremos o “probleminha” impossível de se resolver via lógica do capital – que encontraremos o *acaso*,¹⁰ isto é, o casal ou par *supera positivamente* a contradição objetiva que nós explicaremos em termos subjetivos – teóricos. Pois é a partir desta relação que podemos analisar e compreender o completo desenvolvimento humano.¹¹

⁹ O propalado “princípio da incerteza” de Heisemberg: “*além disso, observou-se que a física dos quanta, onde intervém a incerteza, deve sempre ser baseada na física determinística. É quase impossível proceder de outro modo, e parece que essa indeterminação traz uma correção à física determinística clássica. Penso que seria sem dúvida útil estudar mais de perto e desenvolver este problema do paralelismo entre ciência e linguagem [teoria do conhecimento], mas não o farei aqui*” (Born et al., 2000, p. 33) [Grifo nosso]

¹⁰ O *acaso* vem sendo estudado desde há muito, principalmente pelos teóricos da Sociologia – Comte (anomalia); Durkheim (resíduo); Pareto (Resíduo); Spinoza (anomalia selvagem); Weibull/Binmore (lêndea-valente); Keynes (espírito animal); Trotsky (mínimos detalhes); etc. Esta passagem *resíduo* → *potência* é perfeitamente exemplificada através da matemática.

¹¹ “*Relação imediata, natural, necessária, do homem ao homem é também a relação do homem à mulher. Nesta relação genérica natural, a relação do homem à natureza é diretamente a sua relação ao homem, e a sua relação ao homem é a sua relação imediata à natureza, a sua própria condição natural. Em tal relação, revela-se portanto, de modo sensível, reduzida a um fato observável, até que ponto a essência humana se tornou para o homem característica e em que medida a característica se transformou em essência humana do homem. A partir de semelhante relação, é possível apreciar todos os níveis de formação do homem... como a reintegração, ou o retorno do homem a si mesmo... estabelece a resolução autêntica do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o*

Ora, é justamente nos países desenvolvidos que as separações, os divórcios, enfim, a instituição família vem sendo destruída e com ela o *referencial fundamental* para nos guiarmos neste espaço-mundo coordenado pelas três dimensões postas pela Física. Correto, porém é a grande maioria das famílias que segue a lógica do capital, por ter acesso fácil à riqueza material (a renda familiar nos países desenvolvidos é alta e as famílias ainda contam com a proteção do Estado do Bem-Estar Social – *Welfare state*), e procura “cortar despesas” (evitando filhos – o crescimento demográfico nestes países tende a zero ou ao número negativo) e que cientistas sociais unilaterais (que se apegam à TEC e/ou somente a lógica formal), ao pesquisar os tipos de domicílios, encontram um número enorme de “único-residente”, porém antes mesmo de inventarem uma categoria teórica para este “novo tipo de família”, o índice de suicídio aumentou e o “cientista” concluiu que o “residente único” migra com mais facilidade.¹² Em outras palavras, se observarmos o gráfico bidimensional com atenção, encontraremos nele mais duas dimensões, portanto, completando quatro dimensões. Para isto basta que coloquemos o trabalho no eixo-x e o capital no eixo-y, quanto mais o capital se desenvolve, “[mais] o trabalhador [se apresenta como] a manifestação subjetiva do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objetiva do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio” (Marx, 2002, p. 123). Ou seja, tanto um como outro, só se acham no confronto, no tête-à-tête, ou na bisetriz se considerarmos o gráfico. Nesta, apesar de x ser diferente de y, são iguais em termos de *conteúdo* (alma, espírito): $y = x$. Neste mesmo sentido, o casal ou par “chegam juntos” e superam a contradição básica e4 sexual; estabelece aquilo que Spinoza descreveu como “amor intelectual”.¹³

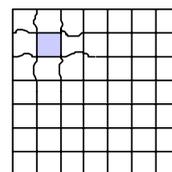
Há muito, Elizabeth Bott constatou em seu – *Família e rede social* – onde mostra que “o grau de segregação dos papéis conjugais está relacionado com o grau de conexão na rede total da família [mercado]. Aquelas famílias que t[em] um alto grau de segregação no relacionamento de papel do marido e da esposa t[em] uma rede de malha estreita;... O grau de segregação no relacionamento de papel entre marido e esposa varia diretamente com a conexão da rede social da família. Quanto mais

homem e o homem... É o decifrar do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução” (Marx, 2002, p. 137-138). O Amor tem um valor imenso, “dá muito trabalho”, mas não tem preço.

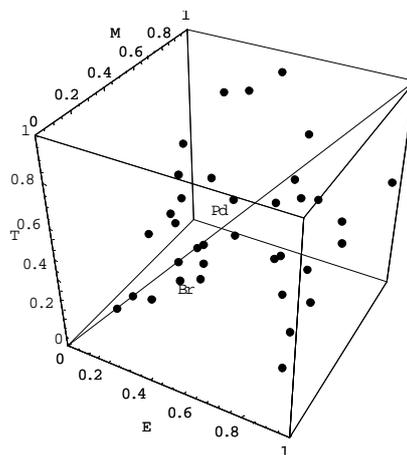
¹² Como na anedota do zoólogo altamente especializado que, ao pesquisar a aranha, retira uma perna e ordena – “anda aracnídeo”. Quando retira a última perna e ordena – “anda aracnídeo” – conclui que “a aranha sem as pernas não escuta”.

¹³ “O amor intelectual de Deus, que nasce do terceiro gênero de conhecimento [síntese], é eterno... O amor intelectual da lama para com Deus é o próprio amor pelo qual Deus se ama a si próprio, não à medida que é infinito, mas à medida que se pode explicar pela essência da alma humana considerada como tendo uma espécie de eternidade; isto é o amor intelectual da alma para com Deus é uma parte do amor infinito pelo qual Deus se ama a si próprio” (Spinoza, 2002, p. 399). Sobre o **terceiro gênero de conhecimento** “...formamos noções gerais, que se originam: 1º) dos objetos singulares que nos são apresentados pelos sentidos de maneira truncada, confusa e desordenada para o entendimento... 2º) dos sinais, por exemplo, do fato de que, lendo ou ouvindo certas palavras, recordamo-nos coisas e delas formamos idéias semelhantes àquelas pelas quais imaginamos as coisas... 3º) Enfim, do fato de que temos noções comuns e idéias adequadas das propriedades das coisas... Além desses dois gêneros de conhecimento, há ainda um terceiro, como mostrarei depois, o qual denominaremos “ciência intuitiva”. Esse gênero de conhecimento procede da idéia adequada da essência formal de certos atributos de deus ao conhecimento adequado da essência das coisas. Explicarei tudo isso pelo exemplo de uma única coisa. São dados, por exemplo três números para obter um quarto número, que esteja para o terceiro como o segundo está para o primeiro. Os negociantes não duvidarão em multiplicar o segundo pelo terceiro e dividir o produto pelo primeiro, já que não deixaram cair no esquecimento esse processo que aprenderam de seus mestres, sem nenhuma demonstração, ou porque tenham experimentado muitas vezes no caso de números muito simples, ou por força da Proposição XIX, Livro VII de Euclides, isto é, pela propriedade comum dos números proporcionais. Mas, no caso dos números mais simples, nada disso é necessário. Sendo dados, por exemplo, os números 1, 2 e 3, não há pessoa alguma que não veja que o quarto proporcional é 6, e isso muito mais claramente, pois tendo visto, em uma primeira intuição, a relação que existe entre o primeiro e o segundo número, daí já concluímos o quarto” (Spinoza, 2002, p. 175-176). O esquema para resolução deste problema é: tese ou indução - (1+2+3=6); antítese ou dedução - (6=3+2+1), portanto, o quarto proporcional é 6.

conexa à rede, maior o grau de segregação entre os papéis do marido e da esposa” (Bott, 1976, p. 77). A conexão à rede através de “malha frouxa” (ponto-material no plano bissetor do gráfico 3D) - caso das poucas famílias congregadas - impede a interferência brutal das relações mercadizadas e, ao mesmo, possibilita a formação da resistência à lógica



do capital. É desnecessário recorrer às estatísticas para constatarmos que a conexidade das famílias com o mercado cada vez aumenta mais, por isso cada vez aumenta mais o número de separações, divórcios, enfim, aumenta vertiginosamente o número de homens que se gabam por registrar o seu “pomposo” nome no da bela mulher que acabam perdendo (não o nome, mas a mulher), inclusive, para outra mulher.¹⁴ Isto por tentar impor uma relação de não-equivalentes (“mercadizada” e com trapaça; sempre querendo levar vantagens sobre o outro), mas quando o(a) outro(a) percebe a “troca desigual”, parte logo para outra relação, ainda que negando, parcialmente, a “lei” de Deus (“porque o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males; e nessa cobiça alguns se desviaram da fé, e se traspassaram a si mesmos com muitas dores” I Tim. 6:10), mas afirmando a “Lei do Valor” (ainda que inconscientemente), isto é, buscando um acordo, a troca de equivalentes na subjetividade e que erige a ética – tão em falta no caráter de muitos homens (e mulheres, evidentemente). O espaço deixado pela falta desta substância é ocupado pelas perturbações ou transtornos psicológicos que determinam a *práxis perturbada*¹⁵ - os “profetas da regressão”.



Considerando a lógica do capital, a qual traz de modo imanente a separação, a fragmentação em geral para assim viabilizar a *acumulação de capital* (representada tanta pela reta com pente negativo do Graf.2 como pela função das proporcionalidades inversas ou opostas do Graf.1), e agora a *lógica contrária* posta pela *família referencial* (ainda que residual) de unificação, de reciprocidade com base na equivalência (valor), podemos deduzir disso tudo a *dinâmica da sociedade capitalista*, a qual pode (e deve) sustentar *análises de conjuntura* consistentes, úteis e propiciadoras de novos vínculos com as demais ciências, principalmente com as Ciências Sociais.

¹⁴ Essa questão sexual pode parecer irrelevante ou mesmo insignificante para a *análise de conjuntura*, porém é um dos fatores de extrema importância para explicar o despotismo oriental (negligenciado inclusive pelo próprio Marx, ainda que a morte deste tenha impedido de fazer tal análise), pois “hoje os economistas vociferam por uma nova macroeconomia. E os cientistas sociais em outras disciplinas estão tanto quanto ansiosos para encontrar aquilo que possa ser chamado de método macro-analítico de pesquisa” (Wittfogel, 1957, p. iii) e Wittfogel ainda diz que os princípios macro-analíticos o guiaram, quando nos anos trinta escreveu este seu livro. Afirma também que os “despotas orientais eram satisfeitos com o uso de eunucos em muitas das esferas semi-pessoal e semi-política da vida da corte e no próprio governo. Frequentemente os eunucos eram confiados com tarefas confidenciais da inteligência. Não raro eles eram responsáveis pela soberania da segurança pessoal (como chefe da guarda); e as vezes como comandante importante do exército e da marinha ou no tesouro real. Tais arranjos provaram ser altamente satisfatórios, pois mesmo mutilado no corpo e no espírito, um eunuco mantinha seu poder mental ou habilidade de atuar” (Wittfogel, 1957, p. 355). Tal fato explica como uma sociedade burocratizada, dependendo excessivamente dessas relações interpessoais não-mercadizadas (quase que o oposto das sociedades capitalistas ocidentais) e, ao mesmo tempo, parecendo fazer ou seguir a história social onde todos, e não o capital cujo modo é essencialmente individualista, se guiam para um determinado progresso (razoável nível de produção e distribuição da riqueza em geral), apesar do uso não-significativo da tecnologia. Em termos gráficos (3D, como veremos em seguida), poderíamos situar o despotismo oriental no meio termo entre o eixo-t (história individual) e plano bissetor (história social).

¹⁵ “...não há grande diferença entre o mistério da Santíssima Trindade e a teoria da mais-valia de Marx,... Mas aqui chegamos às fronteiras do provável. Cuidemo-nos para não ultrapassá-las, evitando o perigo de ir mais além dos terrenos do possível e de vagabundear pelos espaços desmedidos da imaginação”. Pareto teme a Deus por não se sentir feito a sua semelhança, certamente porque se locupletou (Pareto, 1985, p. 63-64).

Mesmo porque, a *dinâmica da sociedade capitalista* parece muito bem representada pela dinâmica estabelecida na Teoria da Caos, onde um acréscimo de diminutas casas decimais (resíduo) nas variáveis da equação diferencial que, se plotada num gráfico tridimensional (3D) resulta em vários “oito-tortuoso”, desfaz a dinâmica ziguezagueante em forma de “oito” e estabelece a linearidade da bissetriz – “a pesquisa científica há muito se baseia no paradigma linear da causa e efeito [$y=f(x)$] que forma a base para o estabelecimento da lei [científica] da mudança ordenada e previsível. A procura pelo “x” que produz o “y” tem guiado a ciência neste último século... Desde o começo da influência do paradigma linear sobre a pesquisa científica, certos assuntos sobre a natureza tem se mantido – principalmente aquele das estrutura ordenadas e das leis imutáveis que operam para manter a ordem. Nossa nova ciência, a ciência do caos e complexidade está baseada numa premissa totalmente diferente, a de que a **natureza é tumultuada** e que o padrão e ordem são gerados pela pesquisa científica. Uma das mudanças significativas que está no coração da teoria do caos e que começa com a física quântica é a introdução do observador no observado. Ao rejeitar as noções de que nossa presença não altera o ambiente e que o universo opera de modo previsível, nós abrimos nossos olhos para ver que a “ordem” é o caos na natureza” (Bütz et al., 1997, p. 3 e 4). Nesta explanação de Bütz et al. fica explícita a confusão entre a “natureza” imposta pelo capital (complexa e confundível) e o “atrativo estranho” como desfazendo esse “caos” e, conseqüentemente, estabelecendo a ordem.

Entrementes, como pudemos observar, os capitais (sejam estes empresas, instituições ou mesmo indivíduos) podem ser plotados num gráfico 3D, o qual facilita a constatação tanto da história como o movimento acertado dos “pontos-materiais” no sentido de uma exata *política sócio-econômica*.¹⁶ Afinal, “a idéia de dimensões espaciais envolve seis linhas traçadas deste único ponto em três direções opostas e, conseqüentemente, nós teríamos seis dessas dimensões” (Engels, 1978, p. 66); em outras palavras, cada “ponto-material” plotado num gráfico tridimensional, teria agora três novas direções e opostas às direções básicas e apresentadas pela Física (espaço, tempo e matéria). Um exemplo concreto seria a localização precisa da reta das *composições orgânicas* dos capitais (não esqueçamos das instituições em geral), sendo que agora poderemos observar não só a tendência da acumulação capitalista em se distanciar da linha bissetora (bissetriz do gráfico bidimensional) e fazendo com que um país desenvolvido (*Pd*) se localize acima desta e, por outro lado, um país subdesenvolvido (*Br*), abaixo desta linha. Naquilo que diz respeito a história (a dimensão *tempo*), poderemos localizar estes mesmos países em sentidos opostos: o país desenvolvido que busca a todo custo se manter como imperialista, por exemplo, estaria mais próximo do eixo-*t* por realizar políticas estritamente individualistas; já os países (ou pontos-materiais) que buscam a resolução de seus problemas em conjunto, se juntando aos demais, certamente estariam realizando políticas justas, de igualdade e de liberdade, portanto, estariam fazendo *história social* e, desse modo, tendendo ao plano bissetor, no *espaço* reservado ao uso social tanto da riqueza *material* como do *tempo*.

¹⁶ Tanto Einstein como Weyl sugerem uma “quarta-dimensão-mundo, na qual o espaço e tempo são vinculados e de modo indissolúvel. Qualquer que seja a natureza do abismo que possa separar a natureza intuitiva [dialética] espacial do tempo em nossa experiência, nada desta diferença qualitativa entra no mundo objetivo que a física se empenha para cristalizar na experiência direta. É uma quarta-dimensão contínua, onde não é tempo nem espaço. Somente a consciência que passa [salta] numa determinada porção deste mundo e experiência o desconexo pedaço que vem encontrá-lo e que passa por trás dele, como **história**, que é, como um processo que avança no tempo e que ocupa um lugar no espaço. Esta quarta-dimensão espacial é métrica como no espaço Euclideano, mas a forma quadrática que determina sua estrutura métrica não é definitivamente positiva, mas tem **uma** dimensão negativa” (Weyl, s/d, p. 217).

Só assim podemos compreender o “atrativo estranho” (*família referencial*) em meio aos *caos, a complexidade* e a *arte da terapia familiar* (título do livro de Bütz et al, 1997), pois é desse modo que obtemos o quadro “macro-analítico” reclamado por Wittfogel (ver nota nº 14) e outros cientistas sociais não-unilaterais como Dante Moreira Leite e seu *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*.¹⁷ Mesmo porque, cientistas unilaterais como Granovetter e Swedberg, que tentaram a “abertura do debate acadêmico sobre a economia para a incluir uma perspectiva genuinamente social” (Granovetter e Swedberg, 1992, p. 1), e se sentiram “*esporeados pelos proponentes da ‘abordagem econômica’*” – desprezaram aquilo que realmente abriria a economia e, muito provavelmente, possibilitaria a inclusão da tal “*perspectiva genuinamente social*”, isto é, eles rapidamente comentaram sobre o impasse do *Methodenstreit* (luta ou conflito de métodos) e decidiram seguir o conselho de Max Weber – “*ele cresceu sob o Methodenstreit, que em sua opinião era um absoluto desastre dividir a economia em “duas ciências”. Esta divisão era inaceitável para Weber...*” (Granovetter e Swedberg, 1992, p. 9), e, ao invés de “abrir a Economia”, abriram uma armadilha para ser apanhada por ela.

4. Conclusão e questões que restam

Para concluir, faremos um comentário sobre artigo de José Arthur Giannotti – *Público aos pedaços* – onde mostra que a “*esfera pública, em todos os seus domínios, vem sendo comida pelas bordas, seja porque seus espaços vão sendo privatizados, seja ainda, no caso mais grave, porque o próprio Estado cai sob ataque direto dos partidos totalitários que com ele se confundem. O que agora me preocupa, entretanto, são aquelas tentativas de defesa do público que se revelam, em última instância, em estratégias desenvolvidas no sentido de sua privatização. Trata-se de uma ideologia defensora do público, cujo resultado é seu contrário. Não está ela presente em toda discussão da reforma universitária?*” (Giannotti, 2004).

Giannotti - não tenhamos dúvidas - está “contaminado” pela ideologia do capital de que “*os vícios privados tendem a se transformar em virtudes coletivas graças aos mecanismos da concorrência e da compensação das vantagens marginais*”, mas não deixa de ser interessante a solução elaborada por ele. Antes vejamos a *análise de conjuntura* que ele elabora.

“Como se sabe, o telefone e trem na França, são propriedades do Estado e considerados serviços públicos [Pd do Graf. 2]. De posse de um cartão magnético [comprado como uma mercadoria qualquer], a cada informação que se pede por telefone, a cada serviço diferencial que se usa, a telefonista mecânica avisa que há uma taxa a pagar por ele. Nada mais justo que se pague por serviços extras. O trem de alta velocidade (TGV) pára em estações moderníssimas. Por qualquer serviço rápido, como por exemplo, o de mictório, pagam-se 30 ou 50 centavos de euro... Em contrapartida, no Egito [pensemos no Brasil, Br do Graf.3], o turista, em cidade como o Cairo, não consegue dar um passo sem distribuir uma pequena gorjeta, por mais protegido que esteja por queridos amigos egípcios. No aeroporto, ao chegar e ao descer do carro; logo um jovem consegue apropriar-se das malas e levá-las à primeira revista feita pela segurança; depois da passagem pelo raio-X, outro as agarra a fim de entregá-las a uma segunda revista; finalmente um terceiro as joga num carrinho e as leva ao guichê da companhia aérea: ao todo três intermediários e três gorjetas. Numa sociedade que mantém desempregada por volta de 20% de força de trabalho [no Brasil são 60% na informalidade e 38% empregado com carteira assinada, do total de ocupados], nada mais

¹⁷ “*aqui, como em outros domínios do pensamento, o ideal seria conseguir uma apresentação quantitativa. As suas vantagens são evidentes. Em primeiro lugar, só assim podemos ter a certeza de que o pesquisador não foi dominado pelo subjetivismo, isto é, suas impressões ou opiniões pessoais, nem foi traído por sua memória ou por limitações de sua compreensão*” (Leite, 2002, p. 188).

justo que as pessoas se aproveitem de cada passo do turista para colher uma moeda [este é o senso de justiça da hipócrita burguesia]. Note-se que, no caso da França, embora o telefone e o trem sejam propriedades do Estado e considerados serviços públicos, submetem seus usuários ao mesmo tipo de educação privatista que o sistema de gorjetas e de pequenos serviços preponderantes no Oriente Médio... Mas qual a diferença, nesse caso, entre o padrão Estado e outras instituições sem fins lucrativos como a igreja, visto que prestam serviços de modo focalizado?... Lembremos que uma instituição é matriz reguladora de condutas [sic!], conforma comportamentos e personalidades. Ora, sendo a escola a matriz mais ampla e complexa na formação das personalidades cidadãs, deve ela ser subordinada a esse mesmo princípio de justiça?... Não duvido de que, do ponto de vista social, uma sociedade sem classes, em que as diferenças de renda fossem mínimas, seria mais justa do que nossa sociedade capitalista. Mas, como essa sociedade sem classes está fora de nosso [“nosso” não, dele como filósofo unilateral] horizonte político, se ainda almejarmos uma sociedade cada vez menos desigual [sic! Ora! A sociedade sem classes não está fora do horizonte político deste filósofo?], a escola deve ser posta como instituição matriz da igualdade cívica e solidária. Sendo a educação, comprovadamente, um dos melhores caminhos para diminuir as diferenças de rendimento, conformar todo o sistema escolar sob o molde do pagamento por peça implica em dificultar seu papel igualizador. Não se conclua daí ser impossível, nas universidades, políticas públicas orientadas para compensar injustiças sociais. A possibilidade de os estudantes mais abonados contribuírem para democratizar o acesso a elas não deve ser perdida. A questão é: **como**? Poderá haver alíquotas de impostos sobre a renda destinadas à educação e assim por diante [ou seja, continua acreditando na venda do “argumento superfaturado”]” (Giannotti, 2004) [Grifos nossos].

Nota-se nesta breve passagem do artigo de Giannotti a hipocrisia de todo cientista unilateral, pois o mesmo não consegue ver a totalidade e nem mesmo a condição de país (ou capital) desenvolvido que detém um Estado do Bem-Estar Social (ainda que tendendo a se “desmoronar” na atualidade) e população com crescimento negativo; e que nos países subdesenvolvidos a situação é oposta. Não bastasse isso, a hipocrisia de Giannotti chega ao cúmulo de tentar generalizar um interesse especificamente burguês (a “*sociedade sem classes está fora de nosso horizonte político*”), mas “*a escola deve ser posta como instituição matriz da igualdade...*”. No entanto, o eminente filósofo não sabe **como** fazer isso, é ignorante a esse respeito.

Entretanto, como temos mostrado, a TEM viabiliza, inclusive, que a universidade seja mais que formadora de profissionais gabaritados para criar e gerir “agências reguladoras” baseadas na “matriz de igualdade” (como diz Giannotti), pois pode ser a própria “agência reguladora”. Mas isso tudo depende também de pessoas e/ou “cientistas unilaterais” que impedem a todo custo a introdução desta disciplina que vem fornecer o outro lado ou dimensão perdida ou afastada (quando não ojerizada) pelo “pensamento único” desses “cientistas”, supostamente sociais (mas realmente unilaterais).

No Departamento de Economia desta Universidade, existe uma longa “luta” para incluir esta disciplina no curso de especialização em Economia com área de concentração em Teoria Econômica. Esta *IV Jornada de Economia* promovida por este Departamento vem afirmar que “*hoje, mais do que nunca, a atualização permanente é uma exigência para compreender as mudanças – cada vez mais rápidas – na economia, seja internacional, nacional ou regional. Nós que fazemos o Depto. de Economia acreditamos que nesse aprendizado constante, o debate aberto é um elemento tão importante como as aulas e pesquisas regulares. É por isso que convidamos você e todos que fazem a UFAL para a IV Jornada de Economia*”, entretanto, o preletor de *Teoria Econômica Marxista e o acaso* (preleção que faz parte da jornada) tem enviado mensagens¹⁸ aos colegas de Departamento, mais especificamente aos professores

¹⁸ Caro(a)s colegas Agnaldo, Cecília e Cícero Pérciles

Acabei de ler a ata da reunião passada e decidi solicitar aos colegas (Agnaldo, Cecília e Cícero) que nos reunamos para conversar sobre a decisão ali posta.

doutores Agnaldo Gomes da Silva¹⁹, Cecília Lustosa e Cícero Péricles de Carvalho, para que expliquem o porquê da negação à introdução desta disciplina que comprovadamente só beneficiará o Curso e que, portanto, não traria prejuízo algum. Os referidos colegas parecem desprezar inclusive aquilo que é o cerne de uma universidade realmente viva e próspera – o debate científico²⁰ – e, desse modo, não restou outra alternativa que não esta de aproveitar a *IV Jornada de Economia* para trazer à academia o debate, ainda que este seja feito de maneira precária, isto é, de parte do preletor aqui ficam as questões que, se respondidas ou comprovadas, possam levar o Departamento de Economia a reabrir a discussão sobre a introdução da TEM e/ou mesmo incluí-la se as respostas não forem dadas, pois a comprovação destas é perfeitamente exequível.

Questões:

- 1) Não estaria a professora Dr^a. Cecília Junqueira Lustosa obstinada a se dedicar ao estudo da *economia do meio-ambiente* por ter assimilado somente parte do conhecimento econômico (isto é, se apegado obsessivamente à TEC e, portanto, desprezado a TEM, e por isso nega a inclusão desta última no curso)? Se a resposta for afirmativa, o livro que a prof^a. editou com outros dois colegas deveria ter no título uma palavra final – “*Economia do meio-ambiente: teoria e prática nefastas*” – haja visto que a TEC dissimula e se apresenta como apolítica e, desse modo, se impõe como pretensamente superior à luta de classes, a qual determina a dinâmica da sociedade (incluído o “meio ambiente”).²¹
- 2) O professor Dr. Cícero Péricles de Carvalho poderia confirmar se a Gazeta de Alagoas, nalgum dia do passado, publicou, em duas páginas, a denúncia de que ele teria copiado um livro e publicado como sendo de sua autoria? Teria, por acaso, feito intriga entre os colegas para fazer passar algum “argumento” enviesado (para não dizer “argumento sem substância”)? Teria deixado de falar com colega de trabalho para evitar explicações sobre “argumentos vazios”?
- 3) Ao negarem a introdução da TEM no curso e não explicarem o porquê desta negação, estariam os referidos colegas com objetivo de elaborar um curso unilateral (já criticado pelos estudantes franceses de Economia, ver www.paecon.net) em condições de competir com “contrabandistas da educação” que enviam mensagens pela Internet com a seguinte propaganda²²: “*GET YOUR UNIVERSITY DIPLOMA. Do you want a prosperous future,*

Estou fazendo esta solicitação porque terei que tomar uma atitude (e vou tomar), mas antes preciso conversar com os colegas.

Peço por favor para que não entendem este “tomar uma atitude” como uma ameaça, até mesmo para que nossa conversa não seja “contaminada” ou “pré-conceituada”.

Mesmo porque, sei que minha insistência pela inclusão da dita-cuja disciplina só trará benefícios ao curso e nenhum prejuízo. Por isso insisto. Por outro lado, não consigo ver claramente em que sentido a inclusão da dita-cuja afeta negativamente os colegas. Ademais, a proposta de realizar um curso paralelo já foi devidamente debatida e só trará uma concorrência desnecessária ao curso em formação e, não bastasse isso, implicará na mesma marginalização que hoje é contestada por muitos que têm uma razoável visão do que seja um curso de Economia, principalmente com área de concentração em Teoria Econômica.

Desse modo, peço, por gentileza, que aceitem este convite para conversarmos sobre o assunto. Peço também que esta nossa conversa aconteça ainda nesta semana.

Sem mais, agradeço a atenção dispensada.

Atenciosas saudações.

Vladimir D. Micheletti (mensagem enviada dia 04/02/2004, às 12:03 horas)

¹⁹ O prof. Dr. Agnaldo Gomes da Silva renunciou ao cargo de coordenador do Curso de Esp. Em economia no dia 16/02/2004.

²⁰ Quando da programação desta IV Jornada de economia, o preletor pediu ao Chefe Luiz Antonio P. Cabral que convidasse os professores Agnaldo Gomes da Silva e Cecília Lustosa para comporem a mesa como debatedores, mas o convite não foi aceito.

²¹ O autor se dispõe, desde já, ao debate para comprovar as afirmações.

²² Mensagem enviada por Michael Finley mfinleyus@hiit.fi , no dia 08 de fevereiro de 2004, às 13:12 horas..

increased earning power more money and the respect of all? Call this number: 1-630-604-2250 (24 hours). There are no required tests, classes, books, or interviews! Get a Bachelors, Masters, MBA, and Doctorate (PhD) diploma! Receive the benefits and admiration that comes with a diploma! No one is turned down! Call Today 1-630-604-2250. (7 days a week). Confidentiality assured!" ? Ou seja, que vendem diploma (“argumento sem substância” ou “mercadoria vazia”).

- 4) Não estaria o Departamento de Economia “depositando” excessiva confiança em “elementos” ou em troca de “argumentos não-substanciados” como este de não incluir a disciplina Teoria Econômica Marxista no curso?

4. Referência bibliográfica

- BORN, Max; AUGER, Pierre; SCHRÖDINGER, E. e HEISENBERG, W. *Problemas da Física Moderna*. 2ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BÜTZ, Michael R.; CHAMBERLAIN, Linda L. e McCOWN, William G. *Strange attractors: chaos, complexity, and the art of family therapy*. 1ª ed., New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.
- CLARKE, Peter e MEARMAN, Andrew. *Why Marxist economics should be taught but probably won't be!*. In: *Capital & Class*, Nº 79, primavera de 2003.
- DEVAULT, Marjorie L. *Feeding the family: the social organization of caring as gendered work*. 1ª ed., Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring: Herr Eugen Dühring's revolution in science*. 8ª ed., Moscou: Progress Publishers, 1978.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *A filosofia em questão*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Público aos pedaços*. In: *Folha de São Paulo*, de 08 de fevereiro, domingo, Cadernos Mais, 2004.
- GRANOVETTER, Mark e SWEDBERG, Richard. *The sociology of the economic life*. 1ª ed., San Francisco: Westview Press, 1992.
- HENDERSON, James M. & QUANDT, Richard E. *Microeconomic Theory : a mathematical approach..* 3ª ed., New York: McGraw-Hill, Inc., 1980.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 6ª ed., São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- PARETO, Vilfredo. *La transformacion de la democracia*. 1ª ed., Madrid: Edersa, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Foundations of the critique of political economy (rough draft)*. London: Pinguin Books, 1993.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. 1ª ed., São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl. *Mathematical manuscripts*. 1ª ed., New York: New Park Publications, 1983.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. 1ª ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- REVUELTAS, José. *Dialéctica de la conciencia*. 1ª ed., México: Ediciones ERA, 1996.
- SANTOS, Luiz Alberto dos. *Por que regular*. In *Teoria e Debate*, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, ano 16, nº 55, set/out/nov, 2003.
- TODOROV, João Cláudio. *A universidade brasileira: crise e perspectiva*. 1ª ed., Brasília: Editora UNB, 1989.
- TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WEYL, Hermann. *Space, time, and matter*. 1ª ed., New York: Dover Publications, n/d.
- WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism*, 1ª ed., New York: The Free Press, 1985.
- WITTFOGEL, Karl A. *Oriental Despotism: a comparative study of total power*. 1ª ed., New Haven: Yale University Press, 1957.